

ATA DE REUNIÃO

IDENTIFICAÇÃO DA ATA

Responsável	CSAN	N.º	2
Assunto/Objetivo	Ponto de controle dos GPs do Sigep-JT	Data	29/1/2025
Local	Videoconferência	Horário	14h às 15h45

1. PARTICIPANTES

Nome	E-mail	Órgão	Módulo	Presente
Alexandre Ralph Queiroz	alexandre.queiroz@trt11.jus.br	TRT11	SIGS	Sim
Alexandre Zuppi Balista	alexandrebalista@trt15.jus.br	TRT15	Ártemis	Não
Amanda de Sousa Arruda	amanda.arruda@tst.jus.br	TST	GTP	Não
Ana Carolina Santana Portela	ana.portela@trt5.jus.br	TRT5	JT Sigep	Não
Ana Luiza Tavares Soares da Silva	analuiza.silva@trt6.jus.br	TRT6	Progecom	Sim
Anísio Renato de Andrade	anisiora@trt3.jus.br	TRT3	GECJ, GAA e DMAG	Sim
Beatriz Teresinha Marcante Flores	bflores@trt4.jus.br	TRT4	Sisejud	Não
Bruno Motta de Andrade	bruno_123978@trt5.jus.br	TRT5	Gerente do Programa	Sim
Ciwannyr Machado de Assumpção	ciwannyr@trt3.jus.br	TRT3	SIGS	Não
Diego Martins Garcia	diegomg@trt3.jus.br	TRT3	Gestão de Passivos	Não
Edna Yumi Sakata	edna.yumi@trtsp.jus.br	TRT2	MP, FolhaWeb	Não
Erica Futagawa	erica.futagawa@trtsp.jus.br	TRT2	MP	Sim
Erika Akiko Tamashiro	erika.tamashiro@trtsp.jus.br	TRT2	FolhaWeb	Sim
Iamara de Oliveira Silva	iosilva@trt24.jus.br	TRT24	GEST	Não
Itamir Carlos Barcellos Júnior	icjunior@trt15.jus.br	TRT15	Docência e Concurso de Magistrados	Sim
Jussara Meira	jussarameira@trt15.jus.br	TRT15	Averbação de Capacitações	Não
Jonathan Claudio Pereira	jcpereir@trt3.jus.br	TRT3	DMAG	Sim

ATA DE REUNIÃO

Lúcia Helena Costa	lucia.helena@trtsp.jus.br	TRT2	MP	Sim
Luciana Cristina Corso	luciana.corso@trt4.jus.br	TRT4	Sisejud	Sim
Ludmila Pinto da Silva	ludmils@trt3.jus.br	TRT3	DMAG	Não
Luiz Dias	luiz.dias@trt12.jus.br	TRT12	SAF	Sim
Marcio Veronezi	marciopereira@trt15.jus.br	TRT15	AA, ROL	Sim
Maurício Morais	mmorais@trt15.jus.br	TRT15	CAC	Sim
Ricardo Bahia Rachid	ricardbr@trt3.jus.br	TRT3	Gestão de Passivos	Sim
Rosiane Lucarelli	rlucarelli@trt15.jus.br	TRT15	ACIP	Não
Sabine Sirimarco	sabinesg@trt3.jus.br	TRT3	Atos e Portarias	Sim
Anderson Chendes Lucas de Sousa	acldsousa@tst.jus.br	CSAN/ NGSA1	Convidado	Sim
André Ribeiro de Sousa	andrs@trt3.jus.br	TRT3	Convidado	Sim
Alderado Rubem de Farias Neto	alderado.neto@tst.jus.br	CSAN	Convidado	Sim
Alysson Osmar Maciel Ribeiro	alysson.ribeiro@tst.jus.br	CTSN	Convidado	Sim
César Augusto Mendonça de Carvalho	cesar.carvalho@trt6.jus.br	TRT6	Convidado	Sim
Denis Tomaz Matos	denistm@trt3.jus.br	TRT3	Convidado	Sim
Evellyn de Souza Rodrigues	evellyn.rodrigues@trt6.jus.br	TRT6	Convidado	Sim
Fabiano Rolim	fabiano.rolim@trt6.jus.br	TRT6	Convidado	Sim
Fernanda de Carli Azevedo Oshiro	fernandaoshiro@trt15.jus.br	TRT15	Convidado	Sim
Frederico Carneiro da Costa e Silva	frederico.silva@tst.jus.br	CSAN/ NGSA1	Convidado	Sim
Gustavo Resende	gustavo.castanho@trt6.jus.br	TRT6	Convidado	Sim
Hugo Emílio dos Santos Machado	hugo.machado@tst.jus.br	CSAN	Convidado	Sim
Jaimara Ferreira Tiburcio	jaimara@trt3.jus.br	TRT3	Convidado	Sim
Janaina Rabello	janaina.rabello@tst.jus.br	CSAN/ NGSA1	Convidado	Sim

ATA DE REUNIÃO

Leandro Zulian Gallina	leandro.gallina@trt4.jus.br	TRT4	Convidado	Sim
Leila Maria Cavalcanti Pereira Rebel	leilarebel@trt15.jus.br	TRT15	Convidado	Sim
Lucileide Caiana Leite	lucileide.caiana@trt2.jus.br	TRT2	Convidado	Sim
Marcia Carolina Marra de Oliveira	marciaco@trt3.jus.br	TRT3	Convidado	Sim
Marcelo Zambiasi	marcelo.zambiasi@trt4.jus.br	TRT4	Convidado	Sim
Rafael Braga Vogado	sgpes@csjt.jus.br	CSJT	Convidado	Sim
Raphael Oliveira	raphael.oliveira@trt5.jus.br	TRT5	Convidado	Sim
Silvana Correa da Silva	silvana.correa@tst.jus.br	CSAN/ NGSA1	Convidado	Sim

2. PAUTA DA REUNIÃO

Item	Tópico
1	Gravação da Reunião
2	Solução Unificada de Gestão de Pessoas (Nacionalização do Sigep-TST)
3	Banco Nacional de Iniciativas
4	Criação do Subcomitê Nacional de Desenvolvimento da JT
5	Atualização do GIR - 1º Semestre - 2025
6	Atualização dos Pipelines - Gitlab CI
7	Gerentes de Produtos
8	Acompanhamento da versão 1.70
9	Contratação do Jira Nacional
10	Outros assuntos

3. INFORMAÇÕES

1	Gravação da Reunião (Item fixo)
Descrição: A CSAN informa que as reuniões dos Gerentes de Produto do Sigep-JT, em regra, serão gravadas para subsidiar a produção das atas. Contudo, a gravação terá exclusivamente este objetivo e ficará disponível até o envio da ata aos participantes, descartada definitivamente em seguida, não podendo ser utilizada para qualquer outro fim.	
Discussão/Deliberação: Os participantes declararam ciência.	

2	Solução Unificada de Gestão de Pessoas (Nacionalização do Sigep-TST)
Descrição: A CSAN informa o envio do Ofício Circular CSJT.GP.SG nº 3/2025, que comunica o início do projeto de nacionalização do Sistema de Gestão de Pessoas do TST (Sigep-TST). Ressalta-se que o objetivo do referido projeto é viabilizar a adoção do Sigep-TST em toda a Justiça do Trabalho, em substituição ao Módulo Principal do Sigep-JT, atualmente baseado em uma tecnologia obsoleta. Essa transição permitirá avanços significativos em modernização tecnológica, economicidade, padronização e entrega de valor ao negócio.	

ATA DE REUNIÃO

A CSAN destacou, ainda, que o referido ofício determina a suspensão, por tempo indeterminado, de qualquer iniciativa tecnológica relacionada à evolução do Sigep-JT sem alinhamento prévio com o CSJT, enquanto durar o projeto. Essa medida tem o objetivo de assegurar a economicidade e a racionalização de esforços, uma vez que o escopo do projeto prevê a análise de eventuais sobreposições funcionais para a tomada de decisão sobre quais funcionalidades serão mantidas.

Discussão/Deliberação:

Hugo informa que, diante das determinações, para a evolução ou melhoria dos produtos vinculados ao Sigep-JT, os Gestores de Produtos (GPs) e times deverão alinhar essas entregas com a CSAN e/ou a Gerência Temática, a fim de avaliar o risco de investir esforços na evolução de uma solução que, eventualmente, possa ser impactada pelo projeto de nacionalização.

No mesmo contexto da nacionalização do Sigep-TST, Hugo destaca que as lideranças técnicas poderão ser convidadas a participar de reuniões para discutir ou esclarecer diversos aspectos técnicos, tais como modelo de comunicação e definição de arquitetura, uma vez que os produtos que consomem ou fornecem informações para o Módulo Principal deverão se integrar ao novo cadastro (Sigep-TST).

Em complemento, Hugo apresenta o gerente do projeto, Alderedo Rubem de Farias Neto, que será responsável por estruturar e orquestrar o referido projeto junto às partes interessadas. Ressaltou, ainda, que o projeto será conduzido de forma transparente e profissional, considerando todos os riscos envolvidos.

Pontos levantados

Maurício demonstra preocupação, pois, até a versão 1.70, o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT15) estará focado na correção de defeitos. No entanto, após essa fase, caso não haja novas demandas do Sigep-JT, os profissionais envolvidos serão realocados para demandas internas do Tribunal.

Outro ponto abordado é a integração da maioria dos módulos com o Módulo Principal em uma base local. Com o Sigep-TST centralizado, todos os módulos precisarão se adaptar em termos de estrutura de dados, exigindo uma estratégia clara de integração. Além disso, Maurício menciona a interseção de funcionalidades entre os módulos já existentes da JT (entre si) e entre o Sigep-TST e módulos já existentes da JT e questiona se serão utilizadas as funcionalidades do Tribunal Superior do Trabalho (TST), dos módulos atuais ou se haverá uma fusão de funcionalidades.

Integração entre bancos de dados e decisões técnicas

Hugo informa que as decisões técnicas serão tomadas ao longo do projeto e que, apesar de a solução do TST ter sido projetada para esse fim, ela pode não ser centralizada inicialmente. Isso dependerá da análise dos representantes técnicos envolvidos, pois ainda há diversas decisões a serem tomadas com base em um estudo especializado de cada contexto.

Quanto às decisões negociais, será designado um grupo de especialistas para cada tema discutido no projeto. Uma das principais atividades desse grupo será a análise das funcionalidades existentes na Justiça do Trabalho (JT) e no TST, mapeando sobreposições e identificando incrementos essenciais. A gestão dessa atividade, incluindo a designação dos especialistas, ficará sob a responsabilidade da Gerência Temática, em conjunto com o Secretário de Gestão de Pessoas do TST, sob a orquestração do gerente do projeto.

Hugo reforça que os projetos de nacionalização seguirão uma abordagem padronizada, evitando desperdício de esforços e recursos.

Desenvolvimento colaborativo entre o TST e a JT

ATA DE REUNIÃO

Márcia Carolina questiona como será organizada a colaboração no desenvolvimento entre o TST e a JT. Hugo explica que, durante o projeto, as ações serão realizadas de forma conjunta, com a alocação de equipes por etapa e avaliação da estratégia mais adequada para cada fase. Quando o projeto for concluído, o Sigep-TST será oficialmente considerado um produto nacional e passará a seguir o fluxo de gestão de produtos nacionais.

Hugo complementa que as equipes devem internalizar a necessidade de desenvolver soluções desacopladas, ou adaptar as já existentes para essa abordagem. Isso inclui soluções que estão em processo de nacionalização, como o Módulo de Frequência do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT5).

Raphael compartilha a experiência do desacoplamento do SIGS, que, devido aos prazos, foi implementado via banco de dados. Ele questiona se o SIGS precisará passar por uma nova adaptação para consumir serviços que já estão disponíveis ou que ainda serão desenvolvidos, além de quem será responsável pela coordenação desse trabalho.

Outra dúvida levantada é se o desacoplamento realizado pelo SIGS e atualmente em homologação pelo TST já está adequado para uso no Sigep-TST. Hugo esclarece que, caso essa integração esteja concluída, o SIGS será utilizado pelo TST para se comunicar com o Sigep-TST. Eventuais evoluções serão realizadas no ciclo de produto, sem necessidade de novas intervenções no projeto de nacionalização, desde que a integração esteja funcional.

Sobre a adaptação dos módulos para consumo via serviços, Hugo explica que essa decisão será tomada dentro do projeto, com base em uma análise técnica especializada.

Planejamento e próximas etapas

Maurício sugere que, após a versão 1.70, e dependendo das decisões tomadas em relação ao Sigep-TST, os tribunais comecem a planejar o desacoplamento de seus módulos, especialmente aqueles que não possuem sobreposição de funcionalidades com o Sigep-TST.

Alderado esclarece que uma das fases do projeto será a análise técnica e comercial de cada módulo. A partir dessa análise, as decisões serão tomadas de forma conjunta, indicando a melhor estratégia a ser seguida.

Sobre o Progecom

Hugo destaca que o Progecom é um caso específico, pois está passando por uma atualização tecnológica que, até o momento, não parece gerar impactos no projeto de nacionalização. No entanto, solicitou transparência nas eventuais melhorias que possam surgir nas novas versões, garantindo alinhamento com a visão do projeto nacional.

Hugo também informa que o NGSA e a GT (Bruno) irão definir uma forma simplificada de comunicação para manter todas as partes alinhadas e informadas sobre as melhorias a serem implementadas.

Raphael sugere que, para proporcionar mais segurança aos TRMs e à CSAN, os alinhamentos sobre melhorias de cada produto sejam realizados por meio de reuniões específicas com cada TRM. Hugo propõe que a análise seja feita caso a caso.

Conclusão

Por fim, Hugo reforça que o projeto está sendo estruturado e que o cronograma será divulgado de forma incremental, assim que os prazos para as primeiras entregas forem definidos. Ele ressalta que a migração para a nova solução só ocorrerá quando houver total segurança de que essa é a melhor decisão e de que trará valor para a Justiça do Trabalho.

ATA DE REUNIÃO

3	Banco Nacional de Iniciativas
<p>Descrição: A CSAN informa que, com a nova Resolução de Produtos Digitais Nacionais, a ser pautada nas próximas sessões do Conselho, toda e qualquer nova iniciativa que possa resultar em produtos digitais deverá ser cadastrada e catalogada no Banco Nacional de Iniciativas. Esclarece ainda que esse banco será uma base estruturada e contará com um painel acessível a toda a Justiça do Trabalho (JT), permitindo que todos acompanhem as iniciativas em andamento na Justiça do Trabalho. Com isso, a medida visa evitar a sobreposição de iniciativas e colaboração.</p> <p>Outro aspecto relevante é que toda proposta de nacionalização de uma nova solução deverá obrigatoriamente passar pelo processo de registro no Banco Nacional de Iniciativas.</p>	
<p>Discussão/Deliberação:</p> <p>Foi reforçado durante a reunião que os principais objetivos desse novo processo de trabalho que será regulamentado é promover transparência, otimizar esforços e recursos públicos e incentivar a colaboração entre tribunais que compartilham as mesmas necessidades. Ressaltou-se ainda que, quando a Resolução for publicada, será realizado levantamento de todos os produtos regionais já existentes e, a partir desse momento, novos produtos digitais, regionais ou nacionais, deverão ser oriundos de iniciativa cadastrada no Banco Nacional.</p>	

4	Criação do Subcomitê Nacional de Desenvolvimento da JT
<p>Descrição: A CTSN informa sobre a criação do Subcomitê Nacional de Desenvolvimento da JT, para auxiliar como grupo consultivo, em relação às definições arquiteturas e de desenvolvimento de sistemas nacionais, a fim de amadurecer a qualidade das soluções, padronização arquitetural, padronizações de implantação em nuvem, segurança, etc.</p> <p>Desse modo, pretende-se ter de um a dois representantes técnicos de cada Sistema Administrativo Nacional, com perfil especificamente técnico, amplo conhecimento em desenvolvimento e arquitetura, além de ótima capacidade de trabalhar em equipe e com foco na resolução de problemas. A CT será responsável pelas indicações, mas nada impede que os TRMs alinhem e proponham membros de seus tribunais para compor este grupo.</p>	
<p>Discussão/Deliberação: Os participantes declararam ciência.</p>	

5	Atualização do GIR - 1º Semestre - 2025
<p>Descrição: O Guia de Infraestrutura Recomendado foi atualizado, com alterações específicas sobre a nova versão do Wildfly a ser utilizada nas aplicações. A nova versão recomendada é o Wildfly 34.0.1.Final, a qual trouxe algumas melhorias e correções pontuais em torno da biblioteca Hibernate, que possuía alguns “bugs” na versão 32.0.1.Final. A CT deverá abrir issue para que os TRMs façam a devida atualização para a próxima versão do Sigep-JT.</p>	
<p>Discussão/Deliberação: Os participantes declararam ciência.</p>	

6	Atualização dos Pipelines - Gitlab CI
<p>Descrição: Está em progresso uma atualização dos pipelines utilizados pelos repositórios, contendo melhorias relacionadas a coleta de métricas de qualidade do código SONAR, geração de imagens Docker com Kaniko, atualização das imagens utilizadas nos “Runners” e novo repositório de “CI-Jobs”.</p> <p>O CI-Jobs atual terá apenas a atualização dos “runners” utilizados, enquanto os repositórios não são ajustados para utilizar a nova referência. Esse trabalho será feito pela CTSN.</p> <p>Novo repositório: https://git.pje.csjt.jus.br/solucoes-nacionais/ci-jobs</p>	
<p>A migração dos repositórios deverá ser realizada pelos TRMs, com total apoio da CTSN/CSJT e guias de referência.</p>	

ATA DE REUNIÃO

A expectativa de conclusão é até 20/março/2025.

Discussão/Deliberação: Os participantes declararam ciência.

7

Definição de Gerente de Produto

Descrição: A CSAN informa que solicitou à Gerência Temática do SigeJT os agrupamentos dos módulos com base em funcionalidades semelhantes (cadastro, magistrados, saúde, pagamentos) e, assim, indicar os Gerentes de Produto para cada grupo.

Discussão/Deliberação: Os participantes declararam ciência.

8

Acompanhamento da versão 1.70

Descrição: A CSAN informa que a versão 1.70 do SigeJT está em fase de planejamento da release. Conforme informado, devido ao Ofício mencionado no tópico 2, o processo de priorização de demandas por meio da votação nacional foi suspenso e ficou a cargo das equipes de desenvolvimentos (GPs e TRMs) definirem a priorização das demandas. No ano passado foi sugerido que os módulos priorizassem as demandas de defeitos em produção. Entretanto, isso não impede os módulos de atuarem em demandas de melhoria negocial e técnica necessárias e que não impactem no projeto nacional do SigeJT-TST. A análise será individual.

Discussão/Deliberação: Silvana sugere que, ao planejar a release, o campo de justificativa seja utilizado para descrever a necessidade de desenvolvimento de melhorias e seus respectivos impactos e riscos.

9

Contratação do Jira Nacional

Descrição: A CSAN informa que a contratação do Jira Nacional foi realizada no final de 2024 e haverá URL específicas para o TST, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e cada TRT. Tanto os sistemas nacionais, como os regionais, poderão ser administrados no Jira. Nessa contratação, não está incluída a migração automática dos dados já existentes no Jira do CSJT e no Redmine, para o Jira em nuvem. Acrescenta que existirá uma consultoria para montagem do fluxo de processo de trabalho existente hoje no Redmine para o novo Jira, além do apoio da CTSN e da CT-SigeJT.

Então, a partir da URL do Tribunal, será possível acessar os projetos dos sistemas nacionais administrativos e judiciais.

Com a publicação da Resolução dos Produtos Digitais Nacionais, o processo de trabalho se tornará unificado e o Jira refletirá essa padronização, atendendo, quando for o caso, algumas particularidades dos projetos administrativos e judiciais.

Por fim, a CSAN informa o início de treinamentos na nova ferramenta e pede que, havendo interesse, os servidores entrem em contato com a sua área de TI, para viabilizar a participação.

Discussão/Deliberação: Márcia Carolina questiona se serão mantidos os dados do legado no Redmine, uma vez que não existe previsão de migração dos dados.

Silvana informa que, como o Redmine é uma solução aberta, poderá ser usada para consulta, caso o TRT2 concorde em mantê-lo.

Maurício sugere que, a partir da utilização do novo Jira, as demandas existentes no Redmine cumpram seu processo até o fechamento e novas demandas sejam criadas e prossigam no novo Jira.

10

Outros assuntos

Bruno informa que o prazo para conclusão dos Planos da Release da versão 1.70 é 31/1/2025.

ATA DE REUNIÃO

Silvana relembra a existência de outros projetos, como Sisejud, a integração do Proad-Ouv com o GAA, entre outros, os quais terão continuidade. Para facilitar a comunicação, estão sendo criados grupos no Google Chat, específico por projeto e, na medida da necessidade, também serão criados grupos por módulo.

Sabine questiona se o prazo para envio de dados pelo Extrator do eGestão-Adm é dia 31/1/2025. Silvana informa que, em contato com os responsáveis do projeto, uma nova versão será lançada na semana e concorda que não há prazo hábil para implantação e envio de dados pelos TRTs até esse prazo. Comunica, também, que a Corregedoria está ciente dos problemas enfrentados pelos Tribunais na implantação do Extrator, mas não haverá envio de outro ofício com nova data. Silvana sugere aos Tribunais que continuem tentando implantar e enviar os dados, assim que possível. Pede que reportem no Jira os problemas levantados, para poderem ser sanados e o produto melhorado.

Márcia Carolina pergunta se há data para o próximo hotfix.

Silvana solicita que seja aberta a tarefa "Solicitação de Versão Hotfix", pedindo e descrevendo a necessidade para aprovação e informa que analisará, junto à CT, a possibilidade de criar um cronograma de hotfix, em função da alta procura.

Sabine complementa que, para a equipe de sustentação, o lançamento próximo de várias versões hotfix dificulta muito o gerenciamento dos ambientes com homologações.

Silvana solicita avaliar, antes de pedir uma hotfix, se o problema está atingindo muitos tribunais ou é algo pontual, se possui solução de contorno, ou é realmente necessário por conta de prazo negocial, ou é possível aguardar uma próxima versão intermediária ou o surgimento de um hotfix inadiável.

Outra sugestão é informar, na hotfix, quais módulos têm versão de correção, bem como as dependências entre eles, para que os Tribunais não precisem implantar todos a cada hotfix.

Raphael reforça a sugestão dada em 2024: se um tribunal reportou um erro em produção e o TRM conseguiu corrigir e fechar uma versão, o tribunal que precisa da correção poderá implantá-la, mesmo sendo uma versão Beta. E, mensalmente, numa data fixa, seria lançada uma versão hotfix geral, comunicando a todos os tribunais que, naquele período, foram lançadas tantas versões e o tribunal que ainda não implantou nenhuma irá implantar sempre a última do período, pois as anteriores são atualizadas automaticamente. Isso acabaria com o lançamento excessivo de hotfix oficiais.

Silvana conversará com a CT novamente sobre essa sugestão.

Anísio questiona se algum Tribunal assumiu o desenvolvimento de Licença Compensatória. Silvana responde que não há solução nacional.

Discussão/Deliberação:

4. PENDÊNCIAS

Item	Pendência	Responsável	Prazo